

Ata Circunstanciada da 23ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA
23ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 31 DE MARÇO DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H33

TÉRMINO ÀS 18H02

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, presidente.

É uma honra estar aqui outra vez. Louvo a Deus e agradeço a ele este momento.

Cumprimento os amigos todos que estão na galeria, especialmente nossos amigos do Detran, da Polícia Penal, da carreira PPGG. Gratificação por habilitação: estamos juntos.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Cumprimento o pessoal da Universidade do Distrito Federal; os servidores da assistência social; os representantes do Detran-DF, que já foi mencionado; os da auditoria de controle interno; os da Polícia Penal, que estão na luta e aguardam as definições; os da PPGG; os da auditoria tributária. (Palmas.)

Cumprimento especialmente os companheiros e as companheiras servidores fazendários, que reivindicam, há muito tempo, a reestruturação da carreira. Parece que está tudo certo e que a votação do projeto vai acontecer hoje. (Palmas.)

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão na galeria e dizer que

hoje vai ser realizado, neste plenário, o parto mais difícil da história do Distrito Federal: a aprovação do projeto da carreira fazendária. Eu quero registrar o quanto foi importante a participação da Eunice e o quanto está sendo importante a presença dos auditores tributários nesta casa. Eles estão unidos, estão todos de acordo.

O projeto chegou um tanto insosso. Nós fizemos emendas, o governo acatou as 5 emendas, e o projeto está pronto para ser votado. Daqui a pouco nós o votaremos.

Nós também vemos aqui presente o pessoal da Universidade do Distrito Federal. Para quem está assistindo a esta sessão, presidente deputado Ricardo Vale, diremos uma coisa importante a essas trabalhadoras e esses trabalhadores, doutores, que estão nas galerias. Existe doutor que recebe o menor salário entre os servidores do Distrito Federal. Nós estivemos agora em uma reunião com o presidente. Ele estará empenhado, junto com todos nós, para resolver também essa desigualdade salarial que existe para esses servidores.

Ainda falta chegar o projeto do Detran-DF. Nós esperamos que o projeto chegue a esta casa.

Também falo aos representantes da Polícia Penal, carreira que deveria ter sido incluída no Fundo Constitucional, como a Polícia Civil e a Polícia Militar, pois também é uma força policial e deveria ter sido atendida.

Pessoal da cultura, o projeto de vocês também não chegou. Espero que chegue a esta casa também.

Presidente, mais uma vez, quero falar dessa pantomima, desse negócio nebuloso, complicado, que foi a compra do Banco Master pelo BRB. Esse negócio fede. Estou com a matéria que diz que o Governo do Distrito Federal foi alertado de que o negócio era ruim.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal foi ao Tribunal de Contas da União para provar que o negócio era bom, mas ficou provado que aquilo era ruim, que traria prejuízo à população do Distrito Federal. Recorreram à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que, em vez de estar preocupada com o Tesouro do Distrito Federal, defendia essa compra. Recorreram 4 vezes ao Tribunal de Contas para tentar barrar a decisão que o Banco Central do Brasil tinha tomado.

Agora, a vice-governadora tomou posse, tornou-se governadora e está dizendo que não sabia de nada. Porém, quando estava junto com o Ibaneis, há entrevista dela defendendo que se tratava de um bom negócio. Como se explica ela dizer agora que não sabia de nada?

Hoje é o dia de apresentação do balanço do banco, tinham até hoje para enviá-lo ao Banco Central. Até agora eles não o apresentaram, presidente deputado Ricardo Vale, e acho que não vão apresentar. Hoje era o último dia de prazo.

O ex-governador do Distrito Federal dizia que não pisava onde o presidente Lula estivesse. Agora, a atual governadora diz que precisa procurar o presidente Lula para resolver o problema. O problema não é do governo federal. Ele não tem nada a ver com isso. Nesse caso, deputado Gabriel Magno, vou citar um ditado popular: "Quem pariu Mateus que o embale".

Esse é o maior escândalo da história do Distrito Federal. É o maior desfalque que já houve. Não houve nenhum roubo a banco do tamanho desse que aconteceu com o BRB.

Vocês se lembram daquele assalto ao Banco Central, em Fortaleza, em que os bandidos cavaram um túnel? Parece-me que, na época, levaram R\$53 milhões. Esse assalto ao BRB foi de R\$12,2 bilhões. O presidente do BRB, senhor Nelson, está dizendo que precisa, de imediato, de R\$8 bilhões.

Foi um assalto monumental, que precisa ser resolvido, mas que não foi culpa nossa. Nós deputados chamamos atenção para o fato, mas o então governador disse que estávamos atrapalhando o Distrito Federal. Está aí o resultado. A culpa é dele. Portanto, "Quem pariu Mateus que o embale".

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra à deputada Dayse

Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, pessoal. Vocês estão firmes e fortes.

Quero começar dizendo, presidente, que ficamos muito felizes com a presença das categorias neste momento decisivo. É um momento de passagem de comando do Distrito Federal. Contudo, há um projeto pelo qual temos brigado muito. Os servidores de algumas áreas realmente precisam ser valorizados.

Quero falar do que está acontecendo na Universidade do Distrito Federal, não sei se vocês estão acompanhando o caso. Hoje, entre todas as universidades estaduais do Brasil, ela é a que paga pior os professores, que estão vivendo uma situação difícil, complicada, porque a dificuldade não é só salarial, envolve também questões administrativas. Não tem sido fácil. Há sobrecarga de trabalho e afastamentos por diversas razões. Inclusive, chegaram a esta casa algumas denúncias de assédio.

Ficamos sabendo do projeto de vocês; que, inclusive, havia uma tabela. O deputado Wellington Luiz já está tentando fazer contato com a governadora Celina Leão para que consigamos avaliar o caso, e, se necessário, realizarmos votação amanhã, porque amanhã também é dia de sessão, estaremos aqui.

Sabemos que a carreira de planejamento urbano e infraestrutura foi alterada, mas ainda falta uma recomposição de impacto salarial. Vocês lutaram muitos anos para que, no final, saísse só a reestruturação, então a luta continua.

Quanto ao Detran-DF, firmamos um acordo na terça-feira passada que eu espero que seja cumprido. Inclusive, afiançamos que a sessão seria encerrada naquele momento, mas que o projeto seria votado hoje.

Portanto, estamos aguardando, pois o projeto não chegou. Vemos isso com muita preocupação. O presidente deputado Wellington Luiz, alguns deputados e o próprio Colégio de Líderes se comprometeram com a votação do projeto. Aproveito para registrar que o deputado Eduardo Pedrosa tem lutado muito por vocês. Realmente, ele abraçou vocês. Que vocês possam reconhecer o trabalho dele, que acho muito importante.

Ele esteve com a governadora, com o secretário de Economia. Estamos esperando o projeto. Ele tem que chegar hoje, porque demos nossa palavra.

Sabemos que há muito o que ser feito. Hoje está em pauta também um projeto importante, o dos servidores fazendários. Ele diz respeito não só aos auditores, mas também ao pessoal da área-meio, os fazendários. Sem a reestruturação, não há como os servidores aposentarem-se, pois não há código de aposentadoria.

Eu fico até envergonhada, porque esse processo demorou muitos anos. Eu sei que houve alguns imbróglis no caminho, mas hoje a justiça será feita a vocês, e fico muito feliz com isso.

Como servidora da saúde, eu quero deixar registrado que nós estamos em ano eleitoral. Nós sabemos que, infelizmente, talvez não dê tempo de algumas carreiras serem olhadas com carinho. Ainda assim, eu quero pedir que o governo ainda demonstre que quer realmente fazer algo pela saúde.

Eu acho muito difícil nós conseguirmos uma melhora na saúde do Distrito Federal, pois vivemos um momento muito caótico nessa área. Pedimos que a governadora Celina Leão nos receba, para que possamos apresentar algumas ideias que entendemos ser importantes para a saúde.

Eu sempre fui uma deputada propositiva. Eu nunca quis fazer oposição com a vida das pessoas. Nós sabemos como ajudar o Distrito Federal. Independentemente de questões ideológicas, pedimos que olhem para a saúde do Distrito Federal. Todos vocês, independentemente da carreira,

estão acompanhando como está a saúde. Trata-se, hoje, de uma situação de calamidade pública: as pessoas perambulam sem sequer ter direito a um diagnóstico.

Nós batalhamos por algumas carreiras, e uma bandeira pela qual lutamos há quase 1 década é a isonomia dos profissionais enfermeiros, que carregam a atenção primária e que estão fazendo até atendimento de emergência, porque as UPAs não dão conta.

Existe uma condição hoje na saúde do Distrito Federal que reflete uma lógica invertida, baseada na necessidade de um grupo e não na necessidade epidemiológica da cidade.

Ainda nessa temática, eu gostaria muito que os deputados estivessem na prestação de contas do IGESDF, que continua no dia 10 de abril. Eu não sei se vocês sabem que teremos cerca de 20 UPAs, incluindo aquelas que deveriam ser entregues agora – mas que, ao vermos as obras, percebemos que não serão concluídas este ano. O problema é que as UPAs não têm credenciamento, porque adotou-se uma lógica inversa: primeiro construíram as UPAs para depois credenciá-las. Então, como não são credenciadas, não recebem repasse algum.

Durante a prestação de contas, eu disse que gostaria que o secretário de Saúde demonstrasse a necessidade de 20 UPAs. Eu disse isso porque nós não precisamos de pacientes internados em UPAs; precisamos melhorar os hospitais e a atenção primária.

Em seguida, deputado João Cardoso, eu fiz outra pergunta: “Quando a UPA é criada, ela já nasce administrada pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal?” A resposta foi “sim”. Por isso, nós começamos a ficar um pouco preocupados com a real necessidade dessas UPAs. De acordo com o Ministério da Saúde, alguns locais em que estão sendo construídas não tinham necessidade delas. A saúde precisa ser feita para as pessoas, e não para um grupo político. Essa é a minha luta.

O que tenho feito muito na prestação de contas do IGESDF, com muita responsabilidade, é indagar a real necessidade de algumas coisas que são um contrassenso em relação àquilo que a cidade realmente precisa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Vossa excelência me concede um aparte?

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Concedo o aparte.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio, nossa líder.

Sem dúvida alguma, essa prestação de contas, que dura mais de 10 horas, demonstra a seriedade com que tratamos o tema, ponto a ponto, para que não só fiscalizemos o processo da saúde, mas também apontemos suas deficiências e oportunidades.

Eu queria colaborar com a sua fala, líder, porque, presidente deputado Ricardo Vale, eu estou hoje nesta sessão sem saber exatamente o que nós vamos votar. Eu sou favorável a todas as carreiras, mas, falo isto de coração: nós vamos votar os projetos de algumas, e outras sequer têm noção do que vai acontecer com elas. Nós não pautamos a carreira de transporte, por exemplo.

Presidente deputado Ricardo Vale e minha líder, deputada Dayse Amarilio, no ano passado, nós votamos uma parte dos pleitos da carreira da cultura. Ficou o combinado de vir o restante, mas não veio. Estão aqui também os nossos professores, assim como os alunos da Universidade do Distrito Federal, que têm uma série de demandas sobre os processos da universidade distrital. Gostaríamos que o Executivo dissesse o que efetivamente será enviado, se ele vai encaminhar o projeto do Detran-DF e o de outras carreiras.

Sabe por que eu digo isso, deputada Dayse Amarilio? Nós só temos até o dia 7 de abril, em razão do regime prudencial do período eleitoral, para aprovar alguns desses projetos nesta casa. Hoje é terça-feira e, se amanhã não houver quórum, só restará a próxima terça-feira, o dia-limite, deputado João Cardoso. Como ficarão as demais carreiras que estão se mobilizando?

Eu acho que nós deveríamos fazer essa conversa de forma sincera e chamar o governo para listar, ponto a ponto, qual será o compromisso real dele com cada carreira. Ele precisa informar se os

projetos chegarão hoje ou amanhã.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Deputada Dayse Amarilio, antes de vossa excelência encerrar, eu gostaria de registrar a presença dos alunos da Escola Classe Aspalha pelo programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. É importante a presença dessas crianças e dos professores. Sejam bem-vindos. Esta casa pertence a vocês.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, eu vou encerrar. Já me alonguei, mas acho importante a fala do deputado Max Maciel. Eu vi que a governadora Celina fez algumas alterações, enviou algum recurso esta semana para a saúde, mas é importante – e por isso nós estamos correndo contra o tempo – ter essa fala dela mais clara sobre o que nós vamos conseguir. Espero que ela já tenha um diagnóstico orçamentário para passar alguma coisa, e nós vamos lutar muito pela saúde.

Há ainda 2 carreiras que preciso mencionar. A carreira dos enfermeiros, os quais realmente produzem muito – em termos de Brasil, os enfermeiros do DF são os que mais produzem –, e a carreira Gaps, que é uma carreira abandonada. Esperamos que a governadora olhe para essas carreiras.

Também é preciso haver previsão de um concurso para os especialistas em saúde. Hoje, nós não temos condição nenhuma de manter alguns equipamentos sem, por exemplo, psicólogo e assistente social. É um concurso que nós esperamos desde 2014.

Obrigada, presidente. A luta continua.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Como líder.) – Senhor presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os parlamentares, a todos assessores e a todos aqueles que estão na galeria. São várias as carreiras presentes, e todas merecem o apreço da Câmara Legislativa e do Governo do Distrito Federal. Os projetos de algumas delas já estão tramitando, o de outras ainda não; mas vocês podem ter certeza de que aqui vocês têm o apoio dos 24 deputados, partindo de mim, servidor de 2 carreiras. Podem contar comigo sempre.

Presidente, hoje o tema é o projeto da carreira de gestão fazendária, que é a carreira-meio. No fim do primeiro semestre de 2019, pouco antes de começar o recesso, discutíamos os projetos de 2 carreiras, um deles era o da carreira de vocês. E a situação era de só votarmos se fossem os 2.

Tive de sair correndo para ir à formatura do meu filho no ensino fundamental. Voltei e perguntei se o projeto havia sido votado. Eles me responderem: “Não, deputado, fizemos acordo para vir em fevereiro do ano que vem”.

Eu subi e encontrei a Cleonice, que é da carreira de vocês e trabalha comigo. Falei para ela: “Cléo, a minha experiência como político é nova, eu sempre fui servidor público. Eu acho que esse projeto não veio para cá.” A promessa era para fevereiro de 2020. Isso aconteceu em dezembro de 2019. E a situação se perpetua até hoje. Chegou algo no *e-mail* de vocês? No meu, não. Não chegou telegrama, eu nunca vi uma pipa com o projeto de vocês, nada.

Sinceramente, isso foi uma injustiça feita com vocês. Mas outros projetos da Fazenda passaram. Então, quando veio esse projeto da Fazenda para esta casa, nós o emendamos e acordamos entre os parlamentares que ele só seria votado se viesse o projeto da carreira de gestão fazendária. E, graças a Deus, acredito que hoje iremos votá-lo.

Colocamos emendas nele porque o projeto veio insosso. Alguém sabe o que é insosso? Minha mãe, lá do Rio Grande do Norte, já falava esta palavra, insosso, que quer dizer sem sal e sem doce. Nós apresentamos emendas para melhorar o projeto e fazer com que vocês saiam felizes daqui, como outros servidores que também merecem isso: os auditores fiscais. (Palmas.)

Podemos melhorar o projeto mais ainda. Sei que quem arrecada e quem está na linha são

vocês. A auditoria não funciona sem o corpo, sem o meio. (Palmas.)

Presidente, há uma proposta de emenda à Lei Orgânica que coloca a carreira PPGG como típica de estado. Essa proposta já está tramitando nesta casa há bastante tempo. O interessante é que fui procurado por uma situação meio inusitada. Falaram-me que ouviram dizer que o deputado João Cardoso iria tirar a assinatura da proposta de emenda à Lei Orgânica e que, por isso, ela não poderia mais tramitar nesta casa. Como servidor público de 2 carreiras do GDF – é a primeira vez que há um deputado assim nesta casa –, por que eu faria isso?

Fui atrás da informação, vi que ela não existia e pensei em outra solução: conversar com os deputados, conversar com o nobre deputado Robério Negreiros, relator da proposta na CCJ, e fazer um requerimento para colocá-la em pauta o mais rápido possível. Já passou da hora de essa votação acontecer!

A carreira PPGG permeia todos os órgãos públicos do Distrito Federal! É ela que faz toda a gestão pública do Governo do Distrito Federal. Por que não atender os servidores dessa carreira? Não há aumento de despesa. Não há. Assim, fiz um requerimento pedindo que a proposta fosse colocada em pauta. Vocês devem tê-lo recebido.

Hoje, no Colégio de Líderes, surgiu a dúvida de que talvez essa matéria não seja de iniciativa da CLDF. Vamos analisar essa dúvida e, na semana que vem, colocar a proposta em votação no plenário. Não há problema nenhum em votarmos a proposta, pois os arts. 151 e 152 do Regimento Interno deixam claro que, se 1/3 dos deputados tiver assinado a proposta de emenda à Lei Orgânica, ela pode ser aprovada e não é inconstitucional. Assinaram a proposta 9 deputados, e acredito que os demais também vão assiná-la. Na semana que vem, com a graça de Deus, vamos votar a matéria da carreira PPGG, o que vocês tanto almejam.

Há outra carreira muito atípica e parecida com a fazendária: a PPGE. Ajudei a construir essa carreira que, antes, era de assistência à educação. Existe a carreira de

magistério, da qual faço parte, e a carreira PPGE. Fomos nós que a criamos, junto com o governo. Essa carreira é formada por quem faz o trabalho-meio, e não havia apreço por ela.

Na campanha passada, a governadora Celina Leão falou: “Eu quero contemplar essa carreira”. Na semana passada, ela me falou: “Deputado João Cardoso, lembra aquela carreira? Vamos, sim, mandar o projeto com relação a essa carreira para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, para que os servidores dela possam ser contemplados e ter o que a maioria não tem, como a titulação – pós-graduação, mestrado ou doutorado – e a ficha psicográfica”.

O que é ficha psicográfica? É a ficha que descreve o que a carreira faz. São os servidores dessa carreira que tocam os projetos de prestação de contas e muitos outros, na Secretaria de Educação. Essa informação não existe na ficha psicográfica deles. Eles precisam dessa descrição principalmente para, depois, não terem que responder por improbidade administrativa.

Então, acredito que o projeto da carreira PPGE virá logo, logo para esta casa.

Servidores do Detran-DF, estamos aguardando o projeto de vocês. O deputado Eduardo Pedrosa e todos nós defendemos vocês muito bem. (Palmas.)

Pessoal da Polícia Penal e da assistência social, estamos aguardando os projetos de vocês. Podem ter certeza de que, quando os projetos chegarem, não haverá obstrução de pauta. Vamos aprovar os projetos. Nomeações é o que eu mais quero, porque estão faltando muitos servidores públicos, os verdadeiros guardiões do serviço público. Eu sempre falo que quem passa no concurso não é o servidor comissionado ou o chefe, mas, sim, o servidor concursado.

Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Registro a presença do pessoal da carreira atividades de transportes urbanos, que também está lutando pela reestruturação da carreira. Sejam bem-vindos.

Já falei dos servidores da assistência social; da auditoria de controle interno; do Detran-DF, que merecem todo o reconhecimento; da Polícia Penal e fazendários, cujo projeto já está nesta casa, graças a Deus. Vamos em frente.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Maioria. Como líder.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde a todos os servidores presentes; às pessoas na nossa galeria, que está hoje, como sempre, muito lotada, ainda mais em um dia tão importante; às pessoas que acompanham a nossa sessão pela TV Câmara Distrital. Sejam bem-vindos e bem-vindas.

Vou falar de algumas carreiras. É importante lembrar que, no ano passado, estive nesta tribuna defendendo uma categoria pouco defendida: os diretores escolares – não apenas os diretores, mas também os vice-diretores e toda a gestão escolar.

Naquele ano em que houve reajuste para todos os comissionados do Distrito Federal, essa categoria não foi contemplada. Houve uma discussão nesta casa, afirmando que os diretores não eram comissionados, pois ocupavam um cargo de natureza quase eletiva, e, por isso, a lei não os abrangia. Naquela época, conversei com o secretário de Economia, que afirmou que, como não mexeríamos naquela lei enviada para aumentar o valor da gratificação, posteriormente seria encaminhada outra proposta. Porém, pasmem, houve muita resistência para que os diretores recebessem aquele reajuste.

A Celina Leão chegou, nesta semana, e fez justiça. Hoje o projeto foi assinado por ela. Estive no Palácio do Buriti, juntamente com o deputado João Cardoso e o deputado Pepa, ela anunciou que enviaria o projeto para esta casa e ele chegaria hoje para assinatura dos deputados.

A novidade, senhoras e senhores, é que, por incrível que pareça, e por mais que se fale a este microfone, nem sempre as falas refletem a verdade. Elas podem ter emoção e transmitir uma grande verdade, mas, no fundo, nem sempre representam quem está deste lado defendendo a classe trabalhadora. Hoje, faremos essa defesa com os trabalhadores da educação.

Essa foi uma pauta minha. Na época, eu esbravejei e disse que esses trabalhadores mereciam esse direito. Houve até sindicato dizendo que não, que era melhor deixar essa pauta para depois. Onde já se viu sindicato pedindo para deixar um benefício para depois? Não estou falando do sindicato SAE. Parece que diretores de escolas não fazem parte da docência, como se não fossem professores. Eles são professores que extrapolam seu limite de atuação. É o professor que se responsabiliza, colocando seu CPF na questão; é o educador formado e concursado para estar em sala de aula que lida com obras, cobertura, estrutura e tudo o mais. Ainda assim, os diretores parecem não ser bem-vistos por muitas entidades. Isso é um absurdo, mas hoje está sendo feita a justiça.

Assim, senhoras diretoras e senhores diretores, vice-diretores, coordenadores e toda a gestão escolar, hoje se concretiza aquilo que defendemos há algum tempo.

Presidente, hoje também há várias carreiras representadas. Não tem por que ser diferente, essas carreiras têm que estar aqui mesmo. É justo que o pessoal do Detran-DF esteja aqui, lutando todos os dias. Diga-se de passagem, o Detran-DF é a única carreira fora da área fazendária que gera lucro – ainda que questionável – para o DF. Obviamente, áreas como saúde e educação não geram lucro, mas oferecem algo muito maior: educação e saúde de qualidade, que representam muito mais que investimento. Porém, não entraremos nesse mérito.

Trata-se de uma categoria que merece reconhecimento e reajuste salarial. Não apenas o Detran-DF, mas também os merecem os servidores da Polícia Penal, da saúde e da carreira PPGE, deputado João Cardoso. A carreira PPGE é uma das categorias mais prejudicadas e – arrisco dizer – que possui o pior salário de nível médio entre as secretarias. Parece haver uma discriminação, um *apartheid*, uma segregação, entre os servidores de nível superior e os de nível médio no GDF.

Eu sempre defendi que a educação não se faz apenas com professores, assim como a saúde

não se faz apenas com médicos. No entanto, parece que existe essa barreira muito difícil de ser quebrada. Essa discriminação vem de anos, de décadas, quando o servidor de nível médio era visto de forma diferente.

Hoje, o servidor de nível médio é muito mais capacitado, mais treinado e mais evoluído. Se, no passado, o servidor de nível médio recebia 35% ou 40% do salário do servidor de nível superior, hoje essa realidade não se sustenta mais. O servidor de nível médio deveria receber, no mínimo, 70% do salário do de nível superior, porque quem carrega o piano em todo o GDF é o servidor de nível médio de todas as carreiras. Ainda assim, pasmem: existem carreiras de nível médio que recebem menos de 50% do salário da carreira de nível superior. Precisamos resolver essa situação de uma vez por todas.

Eu acho que o GDF deveria ser como o Judiciário: quando há reajuste de salário de um juiz, reajustam-se os salários dos analistas e dos servidores de nível técnico. Todos são contemplados, evitando essas discrepâncias. Caso contrário, se sou amigo do rei, tenho aumento; se não sou amigo do rei, não tenho aumento e minha categoria fica a ver navios.

Para finalizar, presidente, esta casa hoje reparará uma injustiça que se arrasta há quase 15 anos, com a aprovação desta lei. Os servidores da carreira gestão fazendária passarão a ter segurança jurídica. Vocês fazem parte da administração tributária – e não sou eu quem afirma isso –, é o que garante o art. 31 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Trata-se de uma carreira que presta um serviço de extrema relevância para o Distrito Federal, contribuindo diretamente para o incremento da arrecadação para o Estado. Sabemos que esta lei ainda não é o ideal, mas ela abre caminho para uma reestruturação e valorização real da carreira.

Com o advento da reforma tributária, a Lei Orgânica da Administração Tributária, vários governos já implementaram as novas regras em seus estados, e o Distrito Federal não poderia ficar de fora. A carreira gestão fazendária precisa ser valorizada, com salário digno e compatível com suas funções. Há necessidade urgente de realização de concurso público para recomposição do quadro. Contem com este deputado.

Essa é uma carreira cuja discussão iniciamos há muito tempo, e tenho orgulho de dizer que a minuta que hoje está sendo aprovada teve origem no meu gabinete, por meio do meu chefe de gabinete, Glenio Duarte, que integra a carreira. O texto foi trabalhado de forma discreta, para não chamar a atenção, justamente porque há – dentro da própria carreira – correntes contrárias à sua evolução. Ainda assim, conseguimos avançar na questão até chegar a este projeto.

Portanto, agradeço ao governo, à Secretaria de Economia, à então vice-governadora Celina Leão e ao então governador Ibaneis Rocha, que também participaram desse processo.

Então, espero que possamos votar este projeto hoje. Ainda que haja limitações ou resistências por parte de outras carreiras, esta, que não gera impacto financeiro, deve ser votada independentemente. Peço a compreensão das demais carreiras, pois a aprovação desta não gera impacto e não significa predileção com relação aos outros pleitos.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado.

Registro a presença dos estudantes e professores da Escola Classe Aspalha, que participam do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindas as crianças, os profissionais e os professores.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, antes da fala do deputado Pastor Daniel de Castro, eu gostaria, muito rapidamente, de fazer uma menção importante à carreira pública da

assistência social.

Faço essa menção, porque é uma carreira que atende, hoje, 1 milhão de pessoas no Distrito Federal. Essa é a realidade. Há um número recorde de pessoas cadastradas no CadÚnico, deputado Pastor Daniel de Castro, e enfrentamos uma situação muito grave de vulnerabilidade social.

Para que os servidores que estão aqui tenham noção da realidade, o Distrito Federal é a unidade da Federação com a maior renda *per capita* e, ao mesmo tempo, é a unidade da Federação mais desigual do país. E quem faz o atendimento na assistência social, na ponta, é essa carreira pública da assistência social, que possui enorme importância para a nossa cidade.

Na semana passada, nós recebemos representantes dessa carreira em uma reunião com o presidente da Câmara Legislativa, o deputado Wellington Luiz. Ele está fazendo um esforço enorme para que a governadora, que tomou posse ontem, se reúna com essa categoria e que haja uma proposta. Essa é uma carreira comprometida, e o governo não pode negligenciar o diálogo e a mediação com ela.

Então, eu faço um apelo à governadora; aos secretários do governo que estão nos ouvindo; ao presidente da Câmara Legislativa, que eu já sei que está fazendo um esforço enorme: neste momento, escutem a voz da carreira pública de assistência social, para que, o quanto antes, nós tomemos providências para garantir avanços a essa carreira, que atende uma população tão importante do Distrito Federal.

Quero deixar esse registro, porque há tempo para esta casa votar algo que beneficie a carreira pública de assistência social, caso o governo assuma o compromisso de enviar um projeto para esta casa e, posteriormente, de sancioná-lo. Há prazo para isso, e é importante que o governo faça um gesto de negociação e mediação com essa categoria.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como líder.) – Obrigado, presidente deputado Ricardo Vale.

Inicialmente, saúdo os servidores da assistência social presentes. Como foi dito pelo nosso amigo deputado Fábio Félix, há um esforço nosso em reconhecimento ao merecimento de vocês. Nós precisamos, de fato, reverter essa situação, porque se trata de uma carreira importante e que precisa de atenção especial. Estamos conversando com a governadora Celina Leão, tentando encontrar uma solução, deputado Fábio Félix.

Deputado Chico Vigilante, tenho certeza de que, se houver necessidade, nós faremos até uma sessão extraordinária na segunda-feira para atender essas carreiras, dado o compromisso que esta casa tem com esses trabalhadores e trabalhadoras.

Saúdo também os servidores da carreira da infraestrutura. Continuamos brigando para que vocês sejam atendidos. Vocês foram atendidos parcialmente, mas é importante que uma carreira que foi tão impactada e que trabalhou tanto nos últimos anos tenha, agora, o nosso apoio e o nosso reconhecimento.

Servidores do Detran-DF, nós combinamos que iríamos obstruir a pauta. Quero deixar bem claro que a minha posição continua a mesma: nós vamos obstruir essa pauta, em defesa dos servidores do Detran-DF, do IML e da Polícia Penal. É importante que saibamos disso.

A nossa proposta hoje, deputado Ricardo Vale, é que sejam votados apenas os projetos de carreiras de servidores, que não podem ser prejudicados. Qualquer outra proposta nós não vamos votar – eu, pelo menos, não vou.

Fica aqui a minha posição: sou da base do governo, tenho certeza de que a governadora

Celina Leão fará um grande governo. Infelizmente, ela teve que assumir alguns passivos. Além disso, lamento a posição do secretário de Economia, que não tem ajudado em nada, não tem contribuído para tirar o Distrito Federal dessa crise – o que é lamentável. Eu acho que um secretário que não usa a sua criatividade para atender os servidores está no lugar errado. Isso é lamentável!

Quero deixar claro – e aqui me dirijo aos policiais penais – que eu não arredo o pé enquanto uma proposta que possa atendê-los não chegar a esta casa. Já conversei com a governadora Celina Leão e com o secretário Gustavo Rocha, que demonstraram muita sensibilidade com a causa, como demonstraram no caso do Detran-DF, em que há recursos próprios e cuja categoria não pode ficar de fora.

Isso se aplica também aos nossos policiais penais. Eles decidiram há pouco, presidente, entregar todos os cargos de chefia; decidiram, agora, que não vão fazer serviço voluntário. Isso pode gerar um problema irreparável no sistema penitenciário. O sistema penitenciário é sempre uma bomba pronta para explodir. É bom que nós tenhamos consciência do que está prestes a acontecer, por falta de sensibilidade da Secretaria de Economia, em especial do secretário.

Então, nós pedimos à nossa governadora Celina Leão, que sempre foi uma aliada dessas carreiras, e ao nosso secretário-chefe da Casa Civil que nos ajudem a encontrar uma solução. Reitero que é lamentável quando setores do governo trabalham contra o próprio governo.

Fica aqui a minha solidariedade aos policiais penais. A minha posição é a mesma da semana passada, quando eu subi no carro de som e disse que vou continuar defendendo essa carreira.

Quanto ao projeto do Detran-DF, há expectativa de ele chegar ainda hoje. Ele chegando, nós vamos votá-lo. É o que esperamos.

Então, fica aqui, mais uma vez, aos nossos policiais penais, o compromisso de que eu não arredo o pé em favor dessa carreira enquanto o projeto não chegar a esta casa.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Wellington Luiz, presidente desta casa.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Boa tarde a todos e a todas, àqueles que estão na galeria. Dou o meu apoio irrestrito a cada um de vocês e assino embaixo do que o meu presidente falou. Além do seu voto, presidente, vossa excelência tem o meu também. A cada dia que passa eu me orgulho mais de ter votado em vossa excelência.

Eu começo glorificando a Deus por me dar a oportunidade de fazer parte deste parlamento neste momento. Eu tenho raiz. A minha raiz é nordestina e tenho uma criação de um pai e de uma mãe que sempre falaram que mais vale a palavra dita do que a escrita. Para mim, o papel pode-se tocar fogo e jogar fora, mas a palavra vai e não volta. Sou homem de palavra. Como deputado da base do governo, paguei um preço alto para ser leal e fiel a ela, mas entendi que essa era a minha responsabilidade. Fiz isso com muita tranquilidade, porque fiz com a minha consciência e com a minha fé em Deus. Nada faço sem oração, isso é impossível. Antes de vir ao plenário, eu oro, leio a Bíblia – ela é meu alimento diário.

Presidente, eu falo que me orgulho de vossa excelência, porque as minhas últimas atitudes eu pude fazer ombreado com vossa excelência. Vossa excelência, inclusive, me deu mais tranquilidade para fazer um discurso como este e como o que eu fiz no Colégio de Líderes. É inadmissível rompermos com a nossa palavra. É ruim quando vamos para a rua e alguém nos olha e fala: "Poxa, esse não teve palavra". Isso é tão ruim. Bom é a pessoa falar que vai apoiar as categorias e, na hora de votar, votar a favor delas, porque disse que as apoiaria.

Hoje há mais de 100 mil moradores sofrendo em Vicente Pires. Nós criamos uma comissão de 18 pessoas que dialogou com a Terracap. Aliás, entre parênteses: está muito esquisito este

modelo de pessoas assentadas em cargos de livre provimento, indicadas por políticos, as quais têm mais poder do que eles – mandam mais do que nós. Parece que essas pessoas nos enfrentam, mas mal sabem elas que estão sentadas lá devido ao processo político, pois ajudamos a eleger o governo, e o governo é que faz a indicação delas. Se o governo fez a indicação, ele o fez pelo processo político, por sua livre vontade, mas é bom lembrar que ele foi eleito com a ajuda dos parlamentares.

Nós fizemos um compromisso com a Terracap, com o ex-governador Ibaneis Rocha. Vossa excelência foi testemunha, o secretário Gustavo Rocha foi testemunha, a governadora Celina Leão foi testemunha. Não sairia edital. A Terracap não pode querer arrecadar dinheiro da população simples e humilde de Vicente Pires e, se depender deste deputado, não o fará.

Envio um recado para as pessoas de Vicente Pires: não comprem os lotes agora, tenham calma, esperem. Se os comprarem, vai parecer que o fato de 700 lotes estarem vendidos é a vontade da maioria da população, mas há 15.800 lotes para serem vendidos. Essa URB 26, presidente, possui só 700 lotes; 700 lotes não valem 15 mil.

Governadora Celina, confio em vossa excelência. Graças a Deus que a senhora fez um divisor. A senhora é uma mulher de fibra e de palavra. Eu confio muito na sua palavra. Cancele imediatamente esse edital de Vicente Pires, deixe a população de Vicente Pires dormir. O pessoal de Vicente Pires está sofrendo. Essa situação é muito cômoda para as pessoas do governo e para os diretores de Terracap, porque essas pessoas vão para casa e dormem! Elas não moram em Vicente Pires, deputado Gabriel Magno. Quem mora em Vicente Pires sou eu. Os moradores de Vicente Pires não têm o contato de WhatsApp dessas pessoas, presidente. Eles não têm o contato de WhatsApp do presidente da companhia, do diretor, do governador, mas deste deputado eles têm, assim como têm o de vossa excelência. Lá há muita gente que vota em vossa excelência, muita gente que vota no deputado Chico Vigilante, muita gente que vota nos deputados desta casa.

Peço aos deputados desta casa que tenham complacência da população de Vicente Pires. Esse edital é hercúleo e ganancioso! Não existe governo se não existir população. Será que não haverá sensibilidade para ouvir a população? Os responsáveis por esse edital não foram ouvir a população de Vicente Pires. Eles ouviram por meio da comissão, mas, ao final, a reunião não teve validade.

Eu falo da tribuna da Câmara Legislativa para que seja retirada toda dúvida da população de Vicente Pires e de alguns líderes. Ressalto que alguns líderes são opositoristas, deputado Pepa, e acham que combinamos com o governo para sair um edital na quinta-feira, às 17 horas. Eu não comunguei desse edital, sou contrário a ele, pois ele não reflete a verdade de Vicente Pires. Portanto, esse edital não tem a minha aprovação; pelo contrário, tem a minha total rejeição.

Se o meu mandato tiver alguma força e conseguir influenciar algo, deputado Jorge Vianna, eu o usarei para destruir esse edital. E se eu não conseguir destruí-lo? Fica claro isto: ficarei ao lado da população de Vicente Pires. Não há como trair a minha cidade.

Eu estou doente desde sexta-feira. Presidente, eu passo por um processo de dor no estômago quase todos os dias, porque sinto a dor da senhora que eu vi na sexta-feira. Essa senhora me relatou: "A minha mãe está acamada, em *home care*. O meu lote é de 800 metros." Fiz o cálculo: 3 vezes 8 são 24. Custará mais de R\$240 mil se ela for comprar o lote hoje. Ela disse: "Eu ganho R\$5 mil, não tenho plano de saúde, pago R\$4.500 de *home care* para minha mãe todo mês. Sobram para mim R\$500. Tenho que fazer bicos para sobreviver. Não tenho como comprar o lote."

Pelo edital, um lote desse irá passar por licitação, caso o morador seja chamado 3 vezes e não puder comprá-lo. Quem o comprar terá direitos sobre ele, e essa mulher ficará jogada na rua.

Será que o governo não tem sensibilidade? Chegou a hora de mudar o foco do governo, pois cuidar de pessoas é mais importante do que qualquer outra ação.

Citam o Ministério Público. O Ministério Público não olhará para essa situação. Caso olhemos

para o aspecto social, será necessário dinheiro. Porém, não será arrecadado dinheiro por conta daquela cidade, será arrecadado o que é justo. Se tiver que vender o lote, será vendido.

Há um candidato opositorista, deputado Jorge Vianna, afirmando que, caso se eleja, ele venderá o lote a R\$70 mil. O valor atual será de R\$145 mil – mais de 100% de aumento. Agora querem arrecadar valores por lá e induzir o governador a isso? Que cortem o que aprovaram na companhia.

Caso as pessoas de Brasília não saibam, eles aprovaram uma normativa segundo a qual, quando os diretores da Terracap saem do órgão, vão para uma quarentena. Eles ganham, em média, R\$55 mil por mês. O presidente, R\$65 mil. Ao saírem, recebem salário por 6 meses, porque não podem trabalhar contra o governo. Eles ainda montarão seus escritórios de engenharia e arquitetura e continuarão recebendo salário por 6 meses. Que cortem o que eles recebem, mas não arrecadem do povo.

Peço isto a esta casa, pelo amor de Deus, em nome de 100 mil pessoas que moram em Vicente Pires: cancelem esse edital. Esse edital não pode prosperar.

Presidente, dirijo-me a vossa excelência e lhe agradeço para valer. Vossa excelência é uma pessoa em quem tenho orgulho de dizer que votei. Se eu puder, farei campanha para o senhor em Vicente Pires, pode ter certeza.

Tenho orgulho de vossa excelência, deputado João Cardoso, que gravou um vídeo clamando para acabar com edital.

Peço aos deputados que façam o mesmo. Que a população de Vicente Pires não adira a esse edital, não vá comprar, não vá à administração, não vá à Terracap, não compre. Esse preço está caro, precisa ser revisto. A Terracap tem um estatuto social. Mais vale gente do que uma companhia cheia de dinheiro. De que adianta haver uma companhia cheia de dinheiro e muitas pessoas despejadas de suas casas?

Fica registrada a minha indignação, mas também minha confiança na governadora Celina Leão e em vossa excelência, presidente. Tenho orgulho de vossa excelência ser meu presidente.

Obrigado.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Esse gesto é o mínimo que podemos fazer diante de uma causa tão nobre e justa que é a defender, como vossa excelência tem feito, os moradores de Vicente Pires. Somos testemunhas da sua luta incansável e do quanto tem sofrido nesses últimos dias para garantir os direitos desses moradores de Vicente Pires. Seguimos nessa luta.

Acreditamos na governadora Celina Leão e na equipe de governo que acompanha esse sentimento. Esperamos que consigamos reverter essa situação, assim como a situação dos nossos servidores públicos.

O deputado Eduardo Pedrosa tem trabalhado para que o projeto do Detran-DF chegue a esta casa para fazermos justiça aos trabalhadores e trabalhadoras desse órgão. Portanto, estamos aguardando a chegada desse projeto. O deputado Eduardo Pedrosa está fazendo os contatos, assim como eu. Espero que, de fato, esse projeto chegue a esta casa.

Volto a dizer que a nossa proposta é que votemos apenas projetos que digam respeito às categorias, como é o caso dos nossos auditores e dos nossos fazendários, que estão aguardando. Esse é um compromisso desta casa.

Fora isso, pelo menos da minha parte, não votarei em nada que não seja de interesse dos trabalhadores, principalmente em respeito aos nossos policiais penais, que aguardam uma resposta

imediatamente. Muito obrigado.

Em relação aos aprovados, ainda há uma janela, porque o período não é tão apertado. Já conversamos com a governadora Celina Leão e vamos avançar na questão das nomeações. A nossa preocupação, o nosso foco é nas reestruturações, porque o prazo termina nesta semana.

No que se refere aos nomeados, há um prazo maior, porque os concursos já estão homologados. Portanto, não há vedação da lei eleitoral quanto à convocação. Vocês têm o meu compromisso e o compromisso desta casa: continuaremos trabalhando para que sejam chamados imediatamente, até porque precisamos muito de vocês trabalhando pela população do Distrito Federal. Fica registrado, inclusive, o nosso compromisso público.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente e todas as pessoas que acompanham esta sessão – mais uma vez com as galerias cheias. Boa tarde, servidores públicos e servidoras públicas desta cidade.

Quero, primeiramente, saudar – embora já tenham saído do plenário, mas ainda estejam na casa – os estudantes e professores da Escola Classe Aspalha, que visitam o Poder Legislativo. A Escola Classe Aspalha localiza-se na Serrinha do Paranoá, território em disputa, uma vez que o governo Ibaneis e Celina pretende entregar a Serrinha ao escândalo do Banco Master que eles criaram. Por isso, é muito importante e simbólica, deputado Ricardo Vale, a presença nesta casa da Escola Classe Aspalha, uma escola que, inclusive, está sobrevivendo com caminhão-pipa, porque lá não há água. Registro o meu carinho e o meu respeito a essa comunidade escolar.

Dirijo-me agora aos servidores e às servidoras. Parece que, na segunda-feira, mudou o comando do Governo do Distrito Federal. Como naquela música da saudosa Cássia Eller, deputado Ricardo Vale, “mudaram as estações”, mas nada mudou. O Governo do Distrito Federal continua o mesmo. O descaso com os servidores e com esta cidade permanece.

Já foi dito que alguns projetos de carreiras chegarão a esta casa. Alguns já chegaram, como o dos servidores da carreira fazendária, e como deverá ocorrer com o do Detran-DF, que ainda não foi encaminhado. Contudo, não há uma posição do governo com relação às demais carreiras. Cito as áreas de infraestrutura e planejamento urbano, bem como a carreira de PPGG, tão fundamental para o planejamento e acompanhamento das políticas públicas, inclusive para evitar o desastre em que se transformou este governo. O melhor remédio é a realização de mais concursos para a PPGG e a valorização dos servidores, para que possam fazer controle, acompanhamento e planejamento de gestão.

Cito, também, a carreira da assistência social, que atende mais de 1 milhão de pessoas nesta cidade, fruto, inclusive, da política desastrosa deste governo, que tem hoje os piores índices sociais do Brasil. Brasília é a cidade com a maior renda *per capita* e com a maior desigualdade; é uma das cidades com a maior média de desemprego no Brasil. Isso demanda ainda mais trabalho dos servidores da assistência social, além da valorização e da contratação de mais servidores.

Não há resposta do Governo do Distrito Federal. Há silêncio em relação aos servidores da educação.

Estão presentes nesta casa os professores da Universidade do Distrito Federal, que lutam justamente pela reestruturação da carreira, a fim de saírem do último lugar das carreiras de nível superior. Eles pedem, presidente, algo muito importante: democracia.

A Universidade do Distrito Federal não tem sua democracia respeitada pela reitora Simone, pela secretária Hélvia nem pelo governo desta cidade. Não houve processo de eleição para reitor, nem para a composição dos conselhos universitários. Não há impacto financeiro. Onde está o projeto para garantir a democracia na universidade e respeito a quem faz a universidade sair do papel? A carreira de PPGE, para a qual o governo prometeu e não trouxe; 16 mil professores da rede estão sem salário até hoje. É o governo do descaso, do desrespeito, é o governo da corrupção, porque a

corrupção aconteceu neste governo.

Presidente, eu fico estarecido porque hoje era o prazo para o BRB apresentar o balanço. É uma obrigação prescrita em lei. Foi-nos dito pelo presidente Nelson que o BRB ia apresentar o balanço no dia 31 de março. Essa era uma condição que o Governo do Distrito Federal e o presidente do banco pactuaram com esta casa para aprovar o projeto de lei, que a maioria dos deputados aprovou.

Onde está o balanço do BRB? O BRB e o governo estão escondendo o que da sociedade? Por que não podem apresentar a real situação do BRB? Porque não conseguem explicar os esquemas, os R\$30 bilhões, os R\$20 bilhões de carteira, os R\$12 bilhões de carteira fraudulenta e título podre que o Ibaneis sabia, que o governo sabia, mas defenderam a operação. Depois o governador diz, com cara de pau, que não sabe fazer pix, que não podia avaliar a operação? Isso é desrespeito com este parlamento e com a sociedade.

O Governo do Distrito Federal e a Celina Leão, agora governadora, têm responsabilidade sobre esse processo, precisam dar explicações. E nós vamos insistir, presidente, por respeito aos servidores, por respeito à cidade. Esta casa precisa abrir a CPI do Banco Master já! Esta casa precisa investigar, porque o governo se nega a apresentar os dados.

Muitas das carreiras que estão pedindo reestruturação hoje, de maneira justa, não vão conseguir, porque o governo mente para as carreiras, porque meteram a mão no dinheiro desta cidade. Esta é a verdade: o Distrito Federal está quebrado porque o governo meteu a mão no dinheiro desta cidade e no dinheiro do povo desta cidade.

Encerro, presidente, dizendo que hoje, dia 31 de março, é um dia importante para a história democrática do Brasil, porque hoje, deputado Ricardo Vale, completam-se 62 anos do golpe militar de 1964. Nós não comemoramos esses 62 anos. O Brasil não pode esquecer para nunca mais acontecer.

Recentemente houve uma tentativa de golpe de novo neste país, e a governadora Celina começa seu mandato muito mal ao defender os criminosos do 8 de janeiro, ao pedir anistia a quem tentou um golpe, ao pedir anistia a quem defende ditadura militar, ao pedir anistia a quem defende tortura, assassinato e desaparecimento de milhares de brasileiros.

Eu lamento a declaração da governadora neste dia tão importante de memória, de verdade e de justiça. Ditadura nunca mais! Sem anistia aos golpistas.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Encerrado o comunicado de líderes.

Conforme disposto no art. 174, § 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 179 vetos do quadro demonstrativo da ordem do dia e apreciarmos as demais matérias.

(Os líderes se manifestam favoravelmente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Lembro que votaremos apenas propostas relativas à reestruturação de carreiras de servidores. Estamos aguardando o projeto do Detran-DF.

Agradeço a presença do diretor do Detran-DF, doutor Bellini, que tem feito um esforço por nós reconhecidamente. Sabemos que a administração e o Detran-DF fizeram a sua parte. Esperamos que a Secretaria de Economia complete isso para que esta casa possa votar.

Agradeço a toda a equipe do Detran-DF. A Câmara Legislativa está pronta para votar este importante projeto para as servidoras e servidores. Obrigado, Bellini, e a toda sua diretoria.

O deputado Eduardo Pedrosa não para de olhar o celular para ver se o projeto foi encaminhado.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, estamos acompanhando e cobrando esse projeto. O pessoal do Detran-DF está na expectativa. Nós estamos esperando também o projeto do pessoal do transporte urbano. Estamos na cobrança porque fizeram um compromisso conosco na semana passada e no dia de hoje. Diversos documentos foram solicitados e houve uma discussão muito extensa ao longo do dia, com várias reuniões, e estamos aguardando uma resposta.

De minha parte, mantenho o meu posicionamento. Enquanto esse projeto não chegar, não votarei nenhum projeto do governo, porque foi feito um compromisso e ele tem que ser cumprido.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (PP) – Boa tarde a todos, a todas, auditores fiscais de atividades urbanas, pessoal da Universidade do Distrito Federal, carreira de planejamento e infraestrutura, carreira de auditoria e controle interno, pessoal do Detran-DF, carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, PPGG, servidores da Gestão Fazendária e Polícia Penal.

Presidente, hoje é um dia histórico porque foi decidido no Colégio de Líderes que os projetos dos servidores do Distrito Federal terão toda a atenção nesta casa. Nenhum outro projeto será votado, a não ser projetos de servidores. O compromisso desta casa e do nosso presidente é com cada um de vocês. Pessoal, aguarde quem estiver com pendência. Pessoal da cultura, olhem bem a injustiça que está acontecendo com vocês. Vocês chegaram aqui, fizeram a reestruturação, mas deram aumento somente para o pessoal da orquestra. Chegou um projeto pela metade. Os servidores da cultura merecem respeito como todos os outros servidores que estão nesta casa. Vamos avançar nesse ponto.

Nós, que somos católicos, apostólicos e romanos, estamos vivendo a Semana Santa e nesta sexta-feira haverá a Via Sacra em Planaltina, no Morro da Capelinha.

Um abraço a todos. Que Deus abençoe todos nós.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pepa. Solidarizo-me com vossa excelência. Entendo que os servidores da cultura precisam de um tratamento isonômico, conforme combinado desde o ano passado e que está esquecido até agora.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, quero fazer um elogio à governadora Celina e agradecer a ela pelo seu gesto que demonstra uma atenção especial à saúde. O fato de ela ter encaminhado recurso para a saúde – que seria para o aniversário de Brasília –, ainda que seja um valor baixo, percebe-se que a governadora vai dar uma atenção especial à saúde. Eu havia falado ano passado que este ano seria o ano da saúde. De fato, a sensação é que nós teremos um ano melhor para a saúde.

Quero dizer também que, no dia de hoje, a governadora Celina beneficiou a educação com esse projeto de reparação, de reajuste dos valores recebidos pelos diretores escolares, vice-diretores e gestão da escola. Isso demonstra o seu interesse pela educação.

Presidente, estou com vossa excelência e com o deputado Eduardo Pedrosa. Junto-me a vossas excelências nessa pauta de que não haverá votação dos projetos do Executivo, desde que esse projeto não tenha impacto financeiro, que é o caso da Gestão Fazendária. Estou com vocês, mas abramos apenas uma exceção para essa carreira que já está, há mais de 3 anos no mínimo, esperando esse projeto, que não tem impacto financeiro. Então, que votemos apenas esse projeto hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

A ideia é votarmos os projetos das categorias. Há o Detran-DF, cujos servidores estão aqui. Eu, pelo menos, estou obstruindo os projetos que não dizem respeito a carreiras. Não podemos prejudicar as carreiras. Estão aqui os nossos auditores, os nossos fazendários. Essas matérias, nós precisamos votar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu só queria dizer a vossa excelência que nós precisamos ter, daqui para frente, uma outra construção.

A nossa governadora Celina Leão assumiu ontem. Eu a conheço há anos e sou do seu partido. Ela é uma mulher de palavra. Nós podemos ter certeza de que ela irá cumprir o que disser para esta casa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Compartilho do seu sentimento, deputado. A governadora, obviamente, vai dar continuidade ao trabalho que foi feito com a maioria dos secretários, mas da sua maneira. Algumas mudanças ela nem sequer teve tempo de fazer. Tenho certeza de que, onde houver necessidade de alguma mudança, ela a fará, sempre pensando na população do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, conversei com o deputado Eduardo Pedrosa e quero pedir um compromisso da parte de sua excelência, de vossa excelência, de todos que estamos aqui.

A nossa proposta é que votemos os projetos de servidores que estão prontos, inclusive o da carreira fazendária, e que haja o compromisso, da parte do deputado Eduardo Pedrosa e de todos nós, de permanecermos em plenário, aguardando a votação do projeto do Detran-DF também.

Essa foi a proposta que fiz ao deputado Eduardo Pedrosa e eu gostaria de saber se sua excelência está de acordo.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Sim, deputado, estou de acordo. Não quero prejudicar nenhuma categoria. Muito pelo contrário, nós queremos que todos tenham as suas conquistas no dia de hoje. Todas as categorias torcem umas pelas outras, não é? Eu tenho certeza disso. Então, estamos juntos, deputado Chico Vigilante.

Peço apenas este compromisso dos deputados que estão aqui, marcando presença: que permaneçam no plenário, a fim de que possamos votar os projetos, porque nós não vamos sair daqui hoje enquanto isso não acontecer.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Faço minhas as palavras do deputado Eduardo Pedrosa. Que votemos, primeiro, os projetos de outras categorias! Peço aos deputados presentes que permaneçam em plenário e, aos que não estão presentes, que venham para cá, para

que estejamos prontos para votar. A informação que nós temos é de que o projeto do Detran-DF chegará a esta Casa hoje. Que haja, então, esse compromisso por parte de todos os parlamentares. Obrigado.

Incluo na ordem do dia os seguintes itens extrapauta:

– Projeto de Lei nº 2.252/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”.

– Projeto de Lei nº 2.253/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”.

– Projeto de Lei Complementar nº 100/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.594, de 28 de dezembro de 2015, que “institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA”, e a Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que “institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controlado Interno e dá outras providências”.

– Projeto de Lei nº 2.248/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 4.958, de 1º de novembro de 2012, que reestrutura a carreira Gestão Fazendária do Distrito Federal e dá outras providências”.

– Projeto de Lei nº 2.254/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014, que “cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências”, e dá outras providências”.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.252/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer da comissão. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.252/2026, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”.

Presidente, o projeto de lei visa alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 para incluir autorização de reajuste das funções gratificadas escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

A matéria está acompanhada da estimativa de impacto orçamentário e reúne as condições necessárias para sua aprovação no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 14 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.252/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 14 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.253/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer da comissão. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.253/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências".

O projeto de lei visa a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 para inclusão de programação com vistas a custear despesas com a manutenção e o funcionamento do sistema ferroviário do Distrito Federal, bem como a previsão para autorizar o aumento de despesas com serviço voluntário gratificado da carreira de atividades complementares da segurança pública, uma das unidades vinculadas ao Departamento da Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal.

A matéria reúne as condições necessárias para sua aprovação no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 14 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.253/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foi aprovado com a presença de 14 deputados.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 100/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.594, de 28 de dezembro de 2015, que "institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA", e a Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que "institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. Apresentada 1 emenda de plenário. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei Complementar nº 100/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.594, de 28 de dezembro de 2015, que "institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA", e a Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que "institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno e dá outras providências".

O projeto de lei complementar visa a aperfeiçoar a regulamentação do Fundo Pró-Controle Interno e do Fundo Pró-Receita. As alterações propostas destinam-se especificamente a incluir, entre as finalidades desses fundos, ações voltadas à promoção da saúde de servidores integrantes das carreiras de Auditoria Tributária do Distrito Federal e de Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal.

Adicionalmente, a proposição atualiza a composição do Conselho de Administração Pró-Controle Interno, com a inclusão de cargos como o de contador-geral do Distrito Federal e o de subsecretário de Planejamento Governamental da Secretaria de Estado de Economia. A proposta acompanha declaração da ordenadora de despesas da Secretaria de Estado de Economia atestando que sua aprovação não acarretará aumento de despesa.

Por essa razão, manifestamos voto pela admissibilidade do projeto, com a emenda apresentada.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei Complementar nº 100/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.594, de 28 de

dezembro de 2015, que "institui o Fundo da Receita Tributária do Distrito Federal – PRÓ-RECEITA", e a Lei Complementar nº 981, de 14 de janeiro de 2021, que "institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal – Pró-Controle Interno e dá outras providências" e à Emenda nº 1, modificativa.

Analisando sob o ponto de vista da constitucionalidade e da boa técnica legislativa, o projeto, com a emenda, está apto a tramitar nesta casa, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 14 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 100/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 15 votos favoráveis.

Foi aprovado.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.248/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.958, de 1º de novembro de 2012, que reestrutura a carreira Gestão Fazendária do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não receber parecer das comissões. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas, que são 10 no total.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.248/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.958, de 1º de novembro de 2012, que reestrutura a carreira Gestão Fazendária do Distrito Federal e dá outras providências".

Considerando que a proposição observa as exigências formais e materiais, que a Emenda nº 8 foi cancelada e que restam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 7, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.248/2026, com as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 9, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 10.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Designo o deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Jorge Vianna, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, quero retificar o Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 2.248/2026: a Emenda nº 8 foi cancelada; foram prejudicadas as Emendas nºs 1 e 7; foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.248/2026 com as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 9; e foi rejeitada a Emenda nº 10.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É para discutir, deputado João Cardoso?

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Sim, presidente, é para discutir.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado João Cardoso, primeiro, nós vamos apreciar todos os pareceres. Depois, abriremos para a discussão.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Está bem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator da CEOF, deputado Jorge Vianna, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 2.248/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.958, de 1º de novembro de 2012, que reestrutura a carreira Gestão Fazendária do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposta promove ajustes estruturais na carreira de gestão fazendária, destacando-se a redefinição da sua composição, com a organização dos cargos de nível superior, bem como a racionalização do quantitativo de cargos, de modo a conferir maior coerência e eficiência à atuação administrativa.

Nesse contexto, prevê-se, ainda, a extinção gradual do cargo de agente de gestão fazendária, à medida que ocorrer a vacância, alinhando a estrutura da carreira às atuais exigências institucionais.

A matéria encontra-se acompanhada de declaração da ordenadora de despesa da Secretaria de Economia, atestando que a sua aprovação não acarretará aumento de despesa.

Diante do exposto, manifesto voto pela admissibilidade do projeto, com as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 9, acatadas; prejudicadas as Emendas nºs 1 e 7 e rejeitada a Emenda nº 10.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.248/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 4.958, de 1º de novembro de

2012, que reestrutura a carreira Gestão Fazendária do Distrito Federal e dá outras providências”.

O nosso parecer é pela constitucionalidade, respeitando a boa técnica legislativa, nos termos dos pareceres proferidos pelo deputado Rogério Morro da Cruz e pelo deputado Jorge Vianna.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1 e da Emenda nº 10, ambas de minha autoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Defiro o requerimento.

Em discussão os pareceres em bloco.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, a Emenda nº 1 foi rejeitada porque conflita com a Emenda nº 5, que foi apresentada primeiro; depois é que veio a Emenda nº 1. Por isso, não foi acatada.

E mais, presidente: essa categoria está ansiosa. Existem pessoas quase infartando, porque são anos e anos esperando que este projeto chegasse a esta casa. Este momento é muito importante, pois representa uma reparação parcial – ainda não completa – da injustiça praticada contra essa categoria. Deputado Jorge Vianna, é um pequeno alívio para eles, mas de muita importância. Espero que, a partir deste momento, possamos abrir portas para que mais benefícios venham para essa categoria, que está praticamente em extinção.

Ceilândia completou 55 anos, e o presente que Ceilândia recebeu foi o fechamento da agência da Receita Federal por falta de servidores. Portanto, eu espero que sejam abertos concursos e que se contratem mais servidores. Nós sabemos o trabalho de se criar essa carreira. Eu participei diretamente dessa luta. Alguns foram ao Supremo Tribunal Federal para tentar derrubar uma lei em que vossa excelência votou a favor em 2012. Eles perderam no Supremo Tribunal Federal.

Hoje vemos uma carreira de homens e mulheres trabalhadores. Portanto, o nosso voto é favorável ao projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para discutir.) – Presidente, na Emenda nº 1 do projeto, eu havia registrado que as atividades complementares de caráter administrativo ao exercício da administração tributária incubem, privativamente, aos integrantes da carreira de gestão fazendária, resguardadas as atribuições privativas da auditoria tributária.

Como disse o deputado Chico Vigilante, com toda razão, isso já está contemplado na Emenda nº 5. Portanto, eu retiro o destaque da Emenda nº 1. Vamos trabalhar sempre para melhorar o projeto.

Nós tratamos o mesmo tema 2 vezes. Isso demonstra que os deputados estão preocupados com a carreira.

Deixo em destaque a Emenda nº 10.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os pareceres em bloco, ressalvado o destaque de autoria do deputado João Cardoso.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos

contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 16 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.248/2026.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, o projeto é tão importante que peço a vossa excelência que a votação seja nominal. Eu quero ver o nome de todos que o aprovam.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato a solicitação de vossa excelência.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 17 votos favoráveis.

Foi aprovado.

Passa-se à apreciação, em separado, da Emenda nº 10 destacada.

Em discussão a emenda destacada.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para discutir.) – Presidente, essa Emenda nº 10, de fato, vem dar um conceito, um reconhecimento a essa carreira. Como eu já falei, desde 2019 nós acompanhamos essa carreira de gestão fazendária. O objetivo é incluir a carreira de gestão fazendária na utilização do Fundo Pró-Receita, da mesma forma que os auditores participam. (Palmas.)

Fizemos um levantamento em relação a isso e observamos que não atrapalha em nada a auditoria fiscal – de forma nenhuma –, porque o fundo tem lastro suficiente para atender às demandas e não há aumento de despesa. Eles também arrecadam da mesma forma, são a base da arrecadação tributária do Distrito Federal. São eles que dão a base para que a auditoria exerça o excelente trabalho no Distrito Federal.

Esse é o destaque. Gostaria que fosse incluído e que a votação também fosse feita de forma nominal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir.) – Presidente, com todo o respeito ao deputado João Cardoso, não tenho nada contra a emenda, mas a orientação do governo é pela rejeição desta. Desculpem-me.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) –Presidente, vossa excelência é testemunha de que esta é uma casa em que se fazem acordos. Nós fizemos um acordo

no sentido da tramitação do projeto, e o projeto só está sendo votado em função do acordo estabelecido. Portanto, quando fizemos o acordo, essa emenda não estava contida no acordo. Não estando contida, oriento nossa bancada a votar contra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA. Para discutir.) – Presidente, por várias vezes, na Câmara Legislativa, nós fizemos algumas emendas que, por mais que achássemos que fossem inconstitucionais, com vício de origem e tudo mais, aprovamos. Isso ocorria até para dar uma forçada ao governo e tentar negociar. Talvez fosse esse caso.

A criação desse projeto foi muito trabalhosa. Ele foi feito com várias mãos, com a própria associação presente, há alguns meses, peregrinando nos gabinetes e no próprio governo. Deputado João Cardoso, com toda a boa vontade que vossa excelência tem, rejeitar essa emenda seria não apenas pelo receio de ela ser inconstitucional, mas pelo respeito à vontade dessa categoria, que pediu para que não houvesse alteração, a fim de que não fosse prejudicado o projeto. O projeto foi muito difícil de construir até chegarmos ao momento de hoje.

Agradeço às proposições feitas pelo deputado João Cardoso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para discutir.) – Presidente, eu respeito a decisão dos nobres deputados. Retirei a emenda dos auditores do projeto, mas esse fundo tem lastro, sim, para ajudar a carreira fazendária, que sempre esteve na unha. Sempre.

O projeto de vocês era de 2019. Em 2019, eu falei isto: duvido que o projeto volte. De lá para cá, votaram vários projetos dos auditores – não foi só 1 projeto –, e vocês ficaram chupando o dedo. Agora que há oportunidade de melhorar alguma coisinha... Se não querem aprovar, não aprovem.

Peço voto nominal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a emenda que votem "sim" e aos que a rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Como líder. Para orientar a bancada.) – Orien to a bancada a votar "não" à emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 4 votos favoráveis, 11 votos contrários e 2 abstenções.

Foi rejeitada. A Emenda nº 10 está rejeitada.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para declaração de voto.) – Presidente, eu

quero deixar bem claro que sempre tive um bom acordo com o deputado João Cardoso e um respeito muito grande por ele. Deputado João Cardoso, esta é só uma declaração de voto para dizer que essa questão foi acordada, e esse foi o motivo do meu voto. Não tenho nada contra o senhor e espero que continue sendo meu amigo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.254/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014, que "cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências", e dá outras providências".

A proposição não recebeu os pareceres das comissões, tendo sido apresentadas 3 emendas. A CAS, a CEOF, a CEC e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao presidente da CEC, deputado Gabriel Magno, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Gabriel Magno, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEC ao Projeto de Lei nº 2.254/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014, que "cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências", e dá outras providências".

Presidente, eu quero dizer que chegou, antes tarde do que nunca, o projeto de lei que reajusta as funções gratificadas da equipe de direção das escolas.

Para acalmar os discursos emocionados que nós estamos vendo nas redes sociais desde a semana passada, eu quero ler um trecho, deputado João Cardoso, da justificativa do projeto, assinada pelo governador.

"Síntese do problema: a demanda teve origem na necessidade de estender às funções gratificadas escolares reajuste em percentual equivalente ao concedido pela Lei nº 7.254, de 2 de maio de 2023..." Aquela que reajustou, deputado Ricardo Vale, 25% para os cargos comissionados e deixou de fora os diretores e vice-diretores das escolas. "O reajuste proposto visa, portanto, corrigir parcialmente essa defasagem..."

O próprio governo reconhece isso. O erro foi do governo, nós dissemos isso aqui. Há discurso emocionado que quer colocar a culpa em outro lugar, mas a culpa foi do governo. Demorou 3 anos para corrigir o problema e, agora, chega o projeto, ao qual nós iremos votar a favor.

A correção é a seguinte: para os diretores de escolas de ensino fundamental e ensino médio, o valor sai de R\$2.446 para R\$3.058, um reajuste de R\$611. Como o próprio governo admite 3 anos de defasagem, há um prejuízo, deputada Dayse Amarilio, de cerca de R\$22.000 para os diretores de escolas.

Para os vice-diretores, o valor sai de R\$1.902 para R\$2.378, uma diferença de R\$475, um prejuízo de R\$17.123. Para os diretores de centros de educação infantil e escolas-classes, o reajuste é de R\$409, um prejuízo de R\$14.759. Para os vice-diretores, o reajuste é de R\$338, um prejuízo acumulado, nesses 3 anos – culpa do governo, como está dito no relatório –, de R\$12.174.

Para chefes de secretaria e supervisores diurnos, o reajuste é de R\$288, um prejuízo acumulado nesse período de R\$10.379. E, para os supervisores noturnos, o reajuste é de R\$180, um prejuízo acumulado de R\$6.511 no período.

Presidente, acato as 2 emendas. A Emenda nº 1, de autoria do deputado João Cardoso, inclui os coordenadores pedagógicos, que estavam ficando de fora, de novo, do projeto de lei. A Emenda nº 2 foi cancelada. A Emenda nº 3, de autoria do deputado Hermeto, corrige a tabela que o

governo enviou com erro no projeto. Teríamos que mudar novamente o projeto, e o deputado Hermeto o corrige.

Para concluir, presidente, o projeto corrige uma injustiça de 3 anos, como o governador assinalou. Não corrige todas as injustiças – é parcial, como o próprio governo admite – porque não corrige a equiparação dos diretores e vice-diretores dos 6 centros de ensino fundamental e de educação infantil e escolas classes, que ainda ganham menos do que os diretores e vice-diretores dos centros de ensino fundamental e das escolas de ensino médio.

Quero dizer que esta é uma vitória da luta dos diretores; é uma vitória da luta dos professores, que fizeram 2 greves neste governo e trouxeram essa pauta; é uma vitória da luta da carreira PPGE, que tem feito greve e movimentação.

Quero destacar, presidente, a importância de vossa excelência nesse processo. Hoje nós podemos celebrar. Vossa excelência recebeu, durante esses 3 anos, os sindicatos e as categorias, defendeu na LDO as emendas que o nosso mandato apresentou todos os anos para garantir orçamento.

Quero destacar, também, a importância do deputado Eduardo Pedrosa, presidente da CEOF, que, durante esses 3 anos, não apenas recebeu as comissões, como também incluiu, por meio de emenda de relator ao orçamento, nos orçamentos de 2024, de 2025 e de 2026, a correção dessa injustiça que hoje começa a ser reparada. Deputado Eduardo Pedrosa, vossa excelência teve uma participação muito importante.

Quero reconhecer, ainda, o meu companheiro e líder da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, o deputado Chico Vigilante, que, durante esses 3 anos, foi um grande lutador para que essa injustiça fosse corrigida hoje.

O nosso voto, presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.254/2026. Acatamos a Emenda nº 1 e a Emenda nº 3. A Emenda nº 2 foi rejeitada.

Pedimos, mais uma vez, ao Governo do Distrito Federal que mande para esta casa o projeto de lei para equiparar as gratificações e, de fato, valorizar as carreiras da educação, da Universidade do Distrito Federal, da PPGE, dos professores, das professoras, dos orientadores e das orientadoras da educação básica.

Nós não vamos acreditar no falso discurso oportunista, neste ano de eleição, de que a educação virou prioridade do governo. A educação não virou prioridade. Esta vitória é fruto da luta dessas categorias.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Retribuo os agradecimentos e parabênzinhos todos os parlamentares e vossa excelência pela luta. Esse projeto tem sido objeto de trabalho há muito tempo, e a manifestação de vossa excelência consolida o direito.

Muito obrigado, deputado.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, comungo com todas as palavras do nobre deputado Gabriel Magno. Sua excelência e eu, como professores da Secretaria de Educação, sabemos a responsabilidade que têm os diretores, os vice-diretores, os coordenadores e os secretários escolares, numa escola. Eu falo sempre que, na verdade, essas funções dentro das escolas são um sacerdócio.

Falaram os valores, nesta sessão. Imaginem um diretor receber aquele valor e ser responsável por todo o patrimônio de uma escola. Entendam bem: o valor é maior que o de uma

administração regional. É muito maior. A estrutura e o número de servidores efetivos são muito maiores que os de uma administração regional. Os professores são os servidores da PPGE. É grande a quantidade de servidores terceirizados. O número de alunos chega a centenas ou a milhares. Se acontecer qualquer coisa, os diretores e os responsáveis pelos valores citados é que vão responder.

Há outro detalhe: eles respondem aos pais de todos os alunos. Basta isso? Não basta! Eles respondem ao Ministério Público, aos conselhos tutelares e por qualquer medida judicial contra a escola. A responsabilidade é muito grande. Como disse o deputado Gabriel Magno, é uma correção de 3 anos. A última correção foi em março de 2023, ou seja, faz 3 anos.

Graças a Deus, hoje, a governadora Celina Leão encaminhou o projeto para esta casa, para que possamos fazer justiça. No entanto, isso é muito pouco. Todos os gestores das escolas públicas do Distrito Federal precisam ser valorizados.

Governadora, parabéns pelo projeto!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado João Cardoso.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Obrigada, presidente.

Eu não poderia deixar de falar sobre esse projeto porque, como sindicalista e deputada, tenho visitado as escolas. Como professora, sei que a luta dos gestores foi muito grande. Hoje, fazemos a reparação de uma injustiça. Ainda há a isonomia, pela qual vamos continuar lutando, mas este momento é muito importante.

Sabemos que era preciso fazer justiça financeira, mas esta também é uma questão de respeito. Hoje, os diretores, os vice-diretores e os coordenadores fazem muito mais que administrar uma escola. Na verdade, o que eles fazem é liderar pessoas frente os desafios constantes impetrados no dia a dia das escolas. As escolas são diversas, com crianças com necessidades especiais ou que peregrinam atrás de laudos. Essas crianças recebem um ensino que não pode dar a elas a qualificação que merecem.

Os diretores, os vice-diretores e os coordenadores têm muitos desafios. Eles colocam o CPF deles todos os dias na administração das escolas.

Fico muito feliz com a votação do projeto.

Parabéns pela luta de vocês.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o projeto e a emenda.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2.254/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014, que "cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências", e dá outras providências".

Presidente, de antemão, quero declarar meu total apoio a todos os professores. O deputado João Cardoso, além de amigo, é um grande profissional, um grande professor, um grande deputado e um grande auditor. Tenho orgulho de ser seu amigo.

Considerando que a proposição observa as exigências formais e materiais e considerando que a Emenda nº 2 foi cancelada, no âmbito desta comissão somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.254/2026, com as Emendas nº 1 e nº 3.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.254/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014, que "cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências", e dá outras providências".

O projeto de lei visa reajustar em 25% os valores das funções gratificadas escolares atribuídas aos profissionais que integram as equipes gestoras das instituições educacionais da rede pública de ensino no Distrito Federal.

A matéria está acompanhada de declaração de disponibilidade orçamentária do ordenador de despesas da Secretaria de Estado de Educação e reúne as condições necessárias para sua aprovação no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, razão pela qual votamos por sua admissibilidade, com as Emendas nº 1 e nº 3.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Presidente, primeiro preciso esclarecer uma dúvida para proferir o relatório. Parece-me que o deputado Rogério Morro da Cruz rejeitou a Emenda nº 1.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Ele a acatou.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.254/2026, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 5.326, de 3 de abril de 2014, que "cria a Tabela de Funções Gratificadas Escolares e dá outras providências", e dá outras providências".

Nosso parecer é pela constitucionalidade do projeto e das emendas acatadas pelas outras comissões.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para discutir.) – Presidente, essa emenda que o deputado Chico Vigilante e o deputado Gabriel Magno citaram foi fruto de uma análise criteriosa que nós fizemos sobre o projeto de lei. O deputado da CCJ também a aprovou.

O deputado Gabriel Magno falou algo muito interessante. O projeto foi feito, mas, parece-me, a toque de caixa, pois ninguém observou que uma das funções gratificadas da Secretaria de

Educação, a função de coordenador, não estava no escopo do projeto. Nós fizemos essa emenda simplesmente incluindo a função de coordenador no projeto de lei. Do contrário, haveria um problema grande: somente o coordenador não teria o valor da gratificação reajustado. Isso ficaria muito ruim.

Agradeço a todos das comissões que aprovaram a emenda, porque é justo contemplar todos aqueles que estão na gestão das escolas. A função de coordenador não estava prevista, e conseguimos incluí-la, graças a Deus e graças à aprovação das emendas até agora.

Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, acho importante pontuar algumas coisas.

Quando o governo encaminhou aquele projeto que reajustava em 25% os cargos comissionados, eu levantei a necessidade de incluir, naquele momento, o pessoal das direções das escolas. O governo não topou.

Posteriormente, em fevereiro de 2025, nós realizamos, deputado Gabriel Magno, uma comissão geral neste plenário da Câmara Legislativa. Nós lotamos o plenário e a galeria com diretores, supervisores e vice-diretores de escolas, e tivemos a oportunidade de mostrar que vários diretores e diretoras, deputado Eduardo Pedrosa, estavam pagando para trabalhar. Eu sinto por isso.

Eu conheço diretores de escola que trabalham no PAD-DF que moram em Unaí, no estado de Minas Gerais. Há diretores da região rural de Planaltina que moram em Formosa. Eu conheço uma escola localizada na zona rural de Ceilândia, bem longe, chamada Córrego das Corujas. Lá, os carros dos diretores frequentemente quebram, e, com a gratificação que eles recebem, mal dá para mandar consertá-los.

Felizmente, está sendo corrigida parcialmente essa injustiça, presidente deputado Wellington Luiz.

Há outro ponto em que vossa excelência ajudou bastante. Nós conseguimos derrubar uma proibição absurda: o diretor de escola não podia disputar a reeleição. Eu fui falar com o governador Ibaneis Rocha para quebrar essa proibição, e ele falou: "Deputado Chico Vigilante, por que esse povo quer tanto ser diretor de escola?" Deputada Dayse Amarilio, eu falei a ele: "Governador, certamente não é pela gratificação. É porque esses homens e essas mulheres, especialmente as mulheres, entendem que, através da gestão deles na direção democrática das escolas, é possível mudar a educação no Distrito Federal. É por isso que eles são diretores."

Portanto, nós estamos votando a favor desse projeto, para corrigir parcialmente uma injustiça que foi praticada contra esses homens e essas mulheres, que têm toda a dedicação pela educação neste país e no Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Quero parabenizar o deputado Eduardo Pedrosa e toda a equipe do Detran-DF, na pessoa do diretor Bellini.

Agradeço, de forma muito especial, à nossa governadora Celina Leão, que acabou de ligar para nós, deputado Eduardo Pedrosa. Ela não mediu esforços para que nós atendêssemos essa importante categoria. Nós sabemos, deputado, que não foi fácil. A governadora Celina Leão praticamente tirou leite de pedra para que essa importante categoria fosse atendida. Ficam aqui o meu registro de agradecimento e os meus parabéns ao deputado Eduardo Pedrosa, que foi um lutador incansável.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Eduardo Pedrosa usou bastante o celular para garantir isso para vocês. Vocês vão ter que pagar a conta de celular dele.

Parabéns, deputado Eduardo Pedrosa. Tenho orgulho de ser seu amigo, tenho orgulho de tê-lo como colega, pelo trabalho, pelo esforço que vossa excelência fez.

Fica aqui o nosso reconhecimento. Parabéns e muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL) – Como eu disse, presidente, quero parabenizar a nossa governadora pelo que ela já tem feito. Chegou chegando!

Quanto ao Dudu – essa é a forma carinhosa pela qual chamamos o deputado Eduardo Pedrosa –, ele vai ter que mudar a cor da campanha dele. Vai ter que ser amarelo, Dudu! Eu uso laranja e vossa excelência usa amarelo.

Vossa excelência merece os parabéns, Dudu, grande guerreiro, grande defensor do Detran-DF. Os demais deputados desta casa também defendem os servidores daquele órgão, mas ele é o condutor, e nós somos os assessores dele. Parabéns!

Parabéns ao Detran-DF!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Só há um problema. Eu fui informado de que o projeto não chegou porque parou numa *blitz* do Detran-DF. Bellini, peça para liberar lá. (Risos.) Ele já está chegando, graças a Deus e à governadora. Nós vamos aguardar até ele chegar.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, vossa excelência pode destacar a Emenda nº 1 do projeto?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Posso, deputado.

Destacada a Emenda nº 1, a pedido do deputado Hermeto.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, eu quero fazer um elogio ao deputado Eduardo Pedrosa. Os senhores veem que nós subimos à tribuna, esbravejamos, falamos que não vamos fazer isso ou aquilo. O deputado Eduardo Pedrosa, em momento algum, subiu o tom. Ele fez isto da forma correta: trabalhou nos bastidores e deu certo. Deputado Eduardo Pedrosa é o cara. Parabéns!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Eduardo Pedrosa é um cara fino, deputado Jorge Vianna. Ele não é igual a mim e ao deputado Hermeto, não.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS) – Presidente, quero apenas dizer o seguinte: esse projeto tem um pai, o deputado Eduardo Pedrosa, e tem uma mãe, a governadora Celina Leão.

Muito obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, não seria justo se eu não usasse este microfone para parabenizar esse menino. Brincamos muito com o Dudu, o deputado Eduardo Pedrosa, dizendo que ele é o menino aqui da Câmara Legislativa. Ele é um menino jeitoso, educado. Ontem eu precisei falar com ele, fazer-lhe um pedido e vi a fineza e a educação que ele tem. Ele estava me ajudando a fazer política ontem. Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa. Então, eu vou fazer política por vossa excelência. Os servidores do Detran-DF lhe devem muito. Parabéns pelo seu trabalho. Nós estamos do seu lado.

Parabéns ao presidente deputado Wellington Luiz e especialmente à governadora Celina Leão, que mostrou para que veio.

Eu rogo isto a vossa excelência, governadora Celina Leão: cancele o edital da 26 de Setembro. Faça isso pela população da 26 de Setembro. Parabéns!

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (PP) – Parabéns, pessoal.

Presidente, hoje é um dia histórico. Os gestores da educação foram beneficiados.

O deputado Eduardo Pedrosa, o Dudu, é um menino de coração grande. Nós do União e do Progressistas votamos juntos.

Celina Leão chegou com o pé quente, minha menina! Arrebente! O deputado Pastor Daniel de Castro está pedindo para cancelar o edital de licitação de Vicente Pires.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, eu queria fazer um agradecimento muito especial a todos os servidores do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, porque vimos a união das pessoas em prol deste projeto. Todos os sindicatos, independentemente da atividade, estiveram juntos para que conseguíssemos essa conquista histórica para o Detran-DF.

Mais do que isso, presidente, eu estava com algo incomodando o meu coração, porque todas as forças de segurança conseguiram seus reajustes, suas conquistas. Na quinta-feira passada, foi estabelecido um compromisso com o Detran-DF. Então, ao cumprirmos com a nossa palavra em não deixar de aprovar o projeto de vocês, a justiça foi feita.

Quero parabenizar o Melo, o Lino, a Maria Antonia, o Heitor, o Bellini, o Hugo, todos os sindicatos, todos os diretores, todos os servidores que trabalharam muito para que isso acontecesse.

Quero agradecer a todos os meus colegas parlamentares, porque todas as minhas conquistas nesta casa foram coletivas, e essa não foi diferente. Se, na semana passada, eu não tivesse tido o apoio dos deputados, não teríamos esta conquista no dia de hoje. Portanto, o que conseguimos hoje se deve à participação conjunta de todos os deputados.

Quero, de maneira muito especial, agradecer a um grande companheiro, a um amigo, a um irmão que fiz na política que é o nosso presidente, deputado Wellington Luiz. Ele segurou no meu braço e disse: "Nós vamos juntos até o final". E ele foi mesmo. Ele esteve comigo nessa briga, foi firme. Tenho muito orgulho de tê-lo como meu presidente e como meu amigo nesta casa. Quero deixar esta minha fala de agradecimento a vossa excelência.

Agradeço também à governadora Celina Leão, porque nos falamos, ao longo do dia, por diversas vezes, sobre essa questão. Havia uma dificuldade enorme de fechar a matemática, mas ela teve sensibilidade diante do compromisso estabelecido com a categoria e falou: "Não vou deixar de honrar nenhum compromisso que os deputados tenham assumido com suas categorias, e, em especial, o que assumi com você na quinta-feira". Ela cumpriu com a palavra e hoje está nos ajudando a garantir essa conquista histórica do Detran-DF.

Governadora Celina Leão, muito obrigado pela sua sensibilidade a esta causa, pelo seu carinho e pelo respeito a essa categoria e a todos os profissionais do Distrito Federal. Não é à toa que a senhora se tornou governadora do Distrito Federal e irá ainda mais longe. Contem conosco.

Muito obrigado, pessoal. Vamos juntos!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Parabéns, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, quero manifestar o meu apoio a todos os envolvidos nessa conquista.

Primeiro, manifesto todo o meu apoio a esse lutador, deputado Eduardo Pedrosa. Eu tenho o privilégio de estar com o deputado Eduardo Pedrosa há quase 8 anos nesta casa. Fomos eleitos juntos e já são 2 mandatos nesta casa. Eu vejo o carinho que ele tem com a questão pública.

Parabéns, deputado Eduardo Pedrosa.

Quero também parabenizar o nosso presidente, que acolhe as pautas das diversas categorias. Há uma grande sensibilidade da nossa parte, eu como policial militar, e ele como policial civil. Ambos somos praças, porque nem eu sou oficial nem ele é delegado. Então, essa sensibilidade se deve a nós 2 sermos praças, pois somos da rua, somos raiz. Trabalhávamos, em Ceilândia, quando ainda não havia celular. Era daquele jeito mesmo!

Quero dizer aos colegas do Detran-DF que tenho muito carinho por vocês. Vocês são parceiros da Polícia Militar. Antigamente, havia um certo estranhamento entre Detran-DF e Polícia Militar. Isso já não existe. Vocês fazem segurança pública como a Polícia Militar faz. Vocês têm meu apoio. Parabéns. Deus os abençoe. Vocês merecem tudo de bom.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

Eu quero fazer minhas as palavras do deputado Eduardo Pedrosa. Parabenizo o Heitor e a Maria Antonia por todo o trabalho de apoio e lhes agradeço. Vocês foram fundamentais nesse processo.

Em nome de vocês, também parabenizo todos os servidores. Ressalto que se não tivesse ocorrido toda essa mobilização, dificilmente teríamos alcançado esse resultado. Parabenizo todos por essa luta.

Essa conquista fortaleceu a nós parlamentares, porque andamos lado a lado com vocês nessa luta que permitiu que conquistássemos essa importante vitória.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, quero me dirigir ao Dudu, o deputado Eduardo Pedrosa.

Primeiramente, agradeço-lhe a amizade. Estou muito feliz de fazer parte desta legislatura e afirmo que você é uma pessoa de luz, faz política sem vaidade e a faz para todos.

Tenho certeza de que essa qualidade também se aplica ao nosso presidente.

Fico muito feliz, presidente, pela sua amizade, pelos seus ensinamentos e por tudo que vocês têm feito pelo meu mandato.

Muito obrigado. Parabéns, Dudu – deputado Eduardo Pedrosa!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Rogério Morro da Cruz, também lhe agradeço as palavras.

Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Foram aprovados com a presença de 16 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.254/2026, em primeiro turno, ressalvado o destaque à Emenda nº 1.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto foi aprovado com a presença de 16 deputados.

Houve destaque, para votação em separado, da Emenda nº 1, a pedido do deputado Hermeto.

Passa-se à apreciação, em separado, da emenda destacada.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (PL. Para discutir.) – Presidente, o deputado Hermeto pediu destaque da emenda, e eu sempre respeito a vontade de todos. Entretanto, a questão é que existe, nas escolas, o cargo de coordenador. Trata-se de um cargo que raramente as pessoas querem ocupar, porque exige a coordenação de todos os professores, o que dá muito trabalho – como toda coordenação, deputado Gabriel Magno.

Solicitaram a criação de uma gratificação para coordenador, mas ela não veio no escopo do projeto. Por esse motivo, apresentamos a emenda, para que esse cargo também fosse contemplado. Em razão de alguns motivos pelos quais o Governo do Distrito Federal acha que não deve contemplar o coordenador de ensino das escolas com a gratificação, estão pedindo para rejeitar a emenda.

Eu sou favorável à emenda, tanto que a apresentei. Por isso, peço a votação nominal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (Governo. Como líder.) – Presidente, a orientação da liderança do governo é voto “não”, pela rejeição da emenda, para que o projeto não seja prejudicado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, novamente, farei o mesmo apelo que fiz há 3 anos, quando os diretores não estavam incluídos no projeto original. À época, a justificativa do governo foi de que a inclusão não poderia ser feita por meio de emenda, pois a iniciativa deveria ser do Executivo.

O governo está fazendo o mesmo agora. Ele está dizendo que essa iniciativa deve ser feita pelo Executivo. Portanto, que o Poder Executivo encaminhe projeto de lei para contemplar os coordenadores.

Houve discursos em que disseram que, há 3 anos, o problema poderia ter sido resolvido por

meio de emenda de deputado, e o governo está dizendo que não pode. Digo isso apenas para baixar a bola dos discursos emocionados que, às vezes, ocorrem nesta casa.

Peço ao governo que encaminhe o projeto de lei, já que, na análise dele – da qual discordo –, há vício de iniciativa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, libero a bancada do Partido dos Trabalhadores e vou me abster. A razão é que a emenda, da maneira como está apresentada, não vai atender aos interesses dos profissionais. A matéria deveria constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não está. A LDO deveria ter sido alterada, porque a emenda aumenta despesa – e vossa excelência sabe disso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam emenda que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 5 votos favoráveis, 10 votos contrários e 2 abstenções.

Foi rejeitada a Emenda nº 1.

Solicito aos deputados que continuem em plenário para votarmos os demais projetos, enquanto aguardamos o projeto do Detran-DF chegar.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação, em segundo turno, dos projetos:

- Projeto de Lei nº 2.252/2026;
- Projeto de Lei nº 2.253/2026;
- Projeto de Lei Complementar nº 100/2026;
- Projeto de Lei nº 2.248/2026;
- Projeto de Lei nº 2.254/2026.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEC – Comissão de Educação e Cultura
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
Detran-DF – Departamento de Trânsito do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal

IML – Instituto Médico Legal
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
PAD-DF – Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental
SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Políticas Públicas e Gestão Educacional de Suporte Operacional, Administrativo e Pedagógico no Âmbito da Rede Pública de Ensino da Educação Básica e Superior do Distrito Federal
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 07/04/2026, às 15:16, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2605130 Código CRC: 95870343.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00012813/2026-61

2605130v3